

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.490.028 - MG (2019/0123617-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : VICTOR HUGO PEREIRA DIAS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por VICTOR HUGO PEREIRA DIAS contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que não admitiu seu recurso especial fundamentado nas alínea *a* do permissivo constitucional, em razão da aplicação da Súmula n. 7 do STJ (e-STJ fls. 277-280).

Em suas razões, o agravante sustenta que as teses contidas no recurso especial foram devidamente expostas e não demandam a reanálise de provas, mas apenas a valoração jurídica.

Requer, desse modo, o provimento do agravo para que se determine o processamento do recurso especial.

A douta Subprocuradoria-Geral da República manifestou-se pelo desprovimento do inconformismo (e-STJ, fls. 302-307).

É o relatório.

Devidamente impugnada a decisão combatida, merece exame o inconformismo.

O recurso especial foi interposto com fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que deu parcial provimento a apelação do Ministério Público para condenar o réu à pena de 2 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial aberto, substituída por duas restritivas de direitos, e pagamento de 11 dias-multa, como incurso nos crimes dos arts. 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal, c/c o art. 244-B do ECA (e-STJ fl. 241).

Os elementos existentes nos autos indicam que o réu foi denunciado como incurso nas sanções dos arts. 157, § 1º, do Código Penal e 244-B da Lei n. 8.069/1990, na forma do art. 69 do Código Penal, por ter, na companhia de um adolescente, subtraído da vítima, mediante violência, uma pochete, contendo documentos pessoais e cerca de R\$ 320,00, em espécie (e-STJ fls. 1-3).

Julgada improcedente a denúncia, o réu foi absolvido pelo Juízo de origem (e-STJ fl. 138).

A sentença foi reformada pela Corte estadual, em apelação do *Parquet* para condenar o réu à pena de 2 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial aberto, substituída por duas restritivas de direitos, e pagamento de 11 dias-multa, como incurso nos crimes dos arts. 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal, c/c o art. 244-B do ECA (e-STJ fl. 241).

Inconformada, a defesa opôs embargos de declaração, apontando omissão no que se refere à comprovação da autoria do delito, mencionando que nenhuma testemunha ouvida em juízo soube informar concretamente sobre o suposto delito e, ainda, há diversas dúvidas sobre a co-autoria do acusado e o adolescente.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fl. 262).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 265-268), a defesa alega ofensa

aos arts. 155 do Código Penal e 386 do Código de Processo Penal, sustentando que, uma vez não evidenciados indícios idôneos que apontem a autoria do crime para a pessoa do acusado, não há como impor decreto condenatório.

Requer, ao final, o provimento do especial para reforma do acórdão recorrido.

Contrarrazoada a insurgência (e-STJ fls. 273-275), após o juízo prévio de admissibilidade (e-STJ fls. 277-280), os autos ascenderam a esta Corte Superior de Justiça por força do presente agravo em recurso especial.

Acerca do tema trazido à discussão no recurso especial, assim ficou assentado pela Corte *a quo*, *ipsis litteris*:

Após analisar com acuidade a prova dos autos afere-se que as súplicas do combativo representante do Ministério Público merecem parcial acolhimento, eis que a prova produzida durante a persecução penal se apresenta correta e coerente para um juízo condenatório, todavia pela pratica dos crimes de furto qualificado (art..155. § 4º. inciso IV, do CP) e corrupção de menores (art 244-B do ECA). Senão vejamos:

A materialidade do crime está comprovada pelo Auto de Prisão em Flagrante Delito fls. 02/07, Boletim de Ocorrência de fls. 10/12v, bem como pelos depoimentos colhidos em ambas as etapas da persecução criminal.

A autoria, por sua vez, restou devidamente demonstrada durante a instrução probatória (e-STJ fl. 216).

Da leitura do trecho descrito, verifica-se que o Tribunal de origem, após a análise dos elementos colhidos no curso da ação penal, concluiu que o caderno processual ostenta provas aptas para condenar o recorrente pelo crime de furto que lhe foi imputado pela denúncia, destacando que a materialidade e autoria do denunciado ficou demonstrada pelo auto de prisão em flagrante, boletim de ocorrência, depoimentos e das demais provas dos autos.

Nesse aspecto, o apelo especial não se presta a desconstituir o julgado e operar a absolvição do réu, dada a necessidade de revolvimento do material probante, procedimento de análise exclusiva das instâncias ordinárias e vedado ao Superior Tribunal de Justiça, a teor do óbice constante do Enunciado 7 da Súmula desta Corte.

A esse respeito, confirmam-se:

RECURSO ESPECIAL. CRIMES DE QUADRILHA, LAVAGEM DE DINHEIRO E FURTO QUALIFICADO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO NORMATIVA À ÉPOCA DOS FATOS, ANTERIORES À LEI 12.850/13. CRIME ANTECEDENTE. ATIPICIDADE DA CONDUTA. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. PRESCINDIBILIDADE. PRORROGAÇÃO DO PRAZO. DECISÃO FUNDAMENTADA. ART. 5º DA LEI 9.296/96. ABSOLVIÇÃO. SÚMULA 7/STJ. NULIDADE. INTERROGATÓRIO ANTERIOR À

VIGÊNCIA DA LEI 11.719/08. PROCEDIMENTO VIGENTE. VALIDADE DO ATO. DOSIMETRIA DA PENA. APLICAÇÃO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. (...)

8. Concluindo o Tribunal de origem pela autoria e materialidade delitiva, a alteração do julgado, para fins de absolvição, demandaria revolvimento fático-probatório, o que não se admite a teor da Súmula 7/STJ.

9. Realizados os interrogatórios em data anterior à vigência da Lei 11.719/2008, preservada a validade dos atos processuais realizados em conformidade com o procedimento vigente. (...)

21. Decretada, de ofício, a extinção da punibilidade de JUVENAL LAURINDO, RAIMUNDO LAURINDO BARBOSA NETO, JEOVAN LAURINDO DA COSTA e FRANCISCO LAURINDO DOS SANTOS pela prescrição da pretensão punitiva, quanto ao delito previsto no art. 288 do CP.

(REsp 1482076 / CE, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, Julgado em 02/04/2019, DJe 10/04/2019)

AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. FURTO DE COISA COMUM. FURTO QUALIFICADO. AUTORIA E MATERIALIDADE. AVALIAÇÃO. REEXAME DE CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. PENA-BASE. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. APELAÇÃO. DEVOLUTIVIDADE. ALTERAÇÃO DA SANÇÃO APLICADA. MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO IMPOSTA. REFORMATIO IN PEJUS. INEXISTÊNCIA. CONTINUIDADE DELITIVA. REQUISITOS. EXAME PROFUNDO DOS FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Nos termos da jurisprudência consolidada nesta Corte Superior, a análise de questões referentes à autoria e materialidade delitiva exige profundo exame dos fatos e provas, inviável de ser realizado por meio de recurso especial. (...)

8. Agravo improvido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1710261 / MG, de minha relatoria, QUINTA TURMA, Julgado em 06/12/2018, DJe 14/12/2018)

Assim, pela razões acima expostas, não merece conhecimento o inconformismo da defesa.

Por tais razões, **conhece-se do agravo para não conhecer do recurso especial**, nos termos do artigo 34, VII, combinado com o artigo 253, parágrafo único, inciso II, alínea a, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de junho de 2019.

Ministro JORGE MUSSI
Relator